

# RDM 3 PODERES

EDIÇÃO DIGITAL

A REVISTA DE QUEM DECIDE

BRASIL



ANO XXVII | Novembro  
EDIÇÃO 11 | 2024

28  
anos

## De olho no cofre

Senado aprova texto-base para aprovação das emendas parlamentares

**ENTREVISTA**

Geraldo Magela mira nas eleições 2026

— — — — —

# JORNAL DO ÔNIBUS



# 29 anos

Rodando notícias da baixada cuiabana!





**ABASTECEU O CARRO?**

# **PEÇA CPF NA NOTA**

**CONCORRA A PRÊMIOS E GANHE DESCONTO NO IPVA**

**R\$ 900 MIL EM PRÊMIOS TODO MÊS**



mt.gov.br



govmatogrosso



**Governo de  
Mato  
Grosso**

# Para onde vai o Brasil?

O ano está terminando e a nação brasileira presenciou mais um ato contra à democracia e ameaça à segurança. Neste mês de novembro, um homem tentou invadir a Corte Suprema com explosivos e ali sua vida ceifou.

O Brasil é um país que acumula em suas estatísticas diversas formas de violência relacionadas ao maior patrimônio: a vida. As manchetes jornalísticas apresentam números expressivos de feminicídio, crimes e golpes financeiros. Estes episódios reforçam a necessidade de

implementar políticas de segurança e impedir que a nação venha vivenciar atos de terrorismo, pois não é da nossa cultura.

A edição deste mês apresenta assuntos relacionados às políticas no âmbito dos Três Poderes e abordam sobre articulações para aprovação de emendas, sustentabilidade e redução de desigualdades, pois há um consenso de que a cultura da paz, também passa pelo desenvolvimento e fortalecimento de políticas que integram diversos setores de nosso País.

*Boa leitura.*

**Hulda Rode**, editora-geral

## SUMÁRIO

**CAPA** | De olho no cofre

**05** | **OPINIÃO** | **Marco Antônio Lopes Peixoto e Geraldo da Camino**

**08** | **ENTREVISTA** | **Geraldo Magela**

**06** | **PODER LEGISLATIVO**  
**Emendas parlamentares**

**06** | **PODER LEGISLATIVO**

**06** | **PODER EXECUTIVO**

**06** | **BASTIDORES DA REPÚBLICA**

**06** | **PODER JUDICIÁRIO**



EDIÇÃO DIGITAL

Edição nº 11  
Novembro / 2024

**JOÃO PEDRO MARQUES**  
CEO

**Artur Dias da Fonseca**  
DIRETOR PRESIDENTE

**Shelry Pereira**  
DIRETORA EXECUTIVA

**Hulda Rode**  
COORDENADORA EDITORIAL

**Márcio Brandão do Carmo**  
EDITOR DE ARTE

REDAÇÃO  
Repórteres: **Mariana Mainenti, Humberto Azevedo e Lucas Podesu León**

CONSELHO EDITORIAL  
**João Pedro Marques** (coordenador), **João Negrão** (presidente), **Shelry Pereira, Vanessa Moreno, Márcio Brandão do Carmo**

TEXTOS  
**Agência Brasil, Humberto Azevedo, Lucas Podesu León e Mariana Mainenti**

DIVULGAÇÃO  
FOTO DE CAPA

FOTOGRAFIA  
**Fernando Frazão, Gustavo Bezerra, Gustavo Moreno/STF, Lula Marques/ Agência Brasil, Marcello Casal, Pedro França/ Agência Senado, Rômulo Serpa/ Agência CNJ, Tony Ribeiro/ TCE-MT e Yasmin Fonseca / Secom-MIDR**

REDAÇÃO:  
(65) 3623-1170 / 3622-2310  
redação@revistardm.com.br  
65 3623.1170 | 3622.2310 | 61 2107.9400

RDM 3 PODERES BRASIL NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS

COMERCIAL/MÍDIA:  
**ARTUR DIAS DA FONSECA NETO**  
65 99682-1470

midia@revistardm.com.br  
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL  
(65) 3623-1170

A REVISTA RDM 3 PODERES BRASIL É PUBLICAÇÃO



# A federação de contas

■ Por **Marco Antônio Lopes Peixoto,**  
**Geraldo da Camino**

Brasil, como sabemos, é uma república federativa. Muito já se disse sobre a relação necessária entre o princípio republicano e a função de controle, exercida pelo Poder Legislativo e pelos TCs (Tribunais de Contas). Pouco se discute, entretanto, acerca da posição dessas Cortes no contexto da federação. Diferentemente dos tribunais judiciais, que organicamente constituem um sistema de caráter nacional, com instâncias recursais e provimentos verticais a passar os entes federativos, os 33 órgãos de controle espalhados nos 3 níveis ainda carecem de mais “vasos comunicantes”, embora venha crescendo sua atuação concatenada.

A Constituição de 1988 assegura aos ministros do TCU (Tribunal de Contas da União) e aos conselheiros dos Tribunais de Contas estaduais e municipais (TCEs e TCMs) os mesmos direitos e garantias destinados, respectivamente, aos ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e aos desembargadores dos TJs (Tribunais de Justiça).

Essa simetria funcional ainda não se refletiu na composição da Corte superior de controle. Embora ao STJ ascendam, por comando constitucional, desembargadores estaduais e federais (um terço do Tribunal da Cidadania deve assim ser formado), não existe determinação normativa para o acesso de integrantes dos TCEs e dos TCMs ao TCU. A regra constitucional, todavia, se não impõe, também não impede que isso ocorra, o que, como decerto já percebido, é a proposta que aqui se constrói.

Formado por 9 ministros, dos quais são exigidos rigorosos requisitos, como notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública, o TCU recebe

indicações do Congresso Nacional (dois terços) e do presidente da República (um terço). As únicas escolhas vinculadas (duas das 3 sob incumbência do chefe do Poder Executivo) são as de um auditor e de um integrante do Ministério Público de Contas.

As demais, portanto, desde que os escolhidos atendam comprovadamente aos requisitos constitucionais, são livres, nada obstando que recaiam, portanto, também sobre conselheiros dos outros Tribunais de Contas.

***Dois promissoras notícias fazem eco à defesa aqui exposta.***

Uma, relativa à fiscalização concorrente entre órgãos de controle quando gastos públicos envolvem recursos de diferentes esferas de governo, indicando que está sendo implantado um projeto-piloto do TCU, do TCE/RN e do TCE/RS para atuação conjunta nessa sistemática (tudo a partir de inovador e republicano acordo de cooperação firmado em 2023 entre o TCU e a Atricon [Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil], ao qual já aderiram 23 TCs).

A outra nota de destaque é a recente contribuição do TCU na solução consensual de controvérsias, cuja normativa já conta com pronunciamento favorável da Procuradoria Geral da República e da Advocacia Geral da União na ação que tramita a respeito no Supremo Tribunal Federal, forma essa de atuação também presente em outros TCs brasileiros.

Um exemplo concreto a respeito vem com o instrumento por meio do qual os governos da Bahia e de Mato Grosso assinaram a primeira mediação técnica interfederativa, resolvendo conflitos de uma década. Com isso, foram preservados investimentos públi-

cos em trens metropolitanos que corriam o risco de sucateamento, obsolescência ou perda.

A vocação do TCU como um sustentáculo do princípio federativo na função de controle fica então ainda mais evidenciada, assim como a conveniência de que os demais entes nele se façam presentes, agregando a vivência das realidades locais à instituição superior de controle. Mas enquanto as normas não consolidam esse ideal, espera-se que os fatos caminhem nesse sentido, configurando uma sinergia em tudo favorável ao interesse público. E o Congresso tem a competência e a possibilidade de fazê-lo, considerando a experiência e o conhecimento dos integrantes dos demais 32 Tribunais de Contas do país na composição do TCU.

Geraldo da Camino, 62 anos, é doutor em direito pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e em ciências jurídicas pela Università degli Studi di Firenze, na Itália. Também é pós-doutorando em controle externo na USP (Universidade de São Paulo). Atualmente, é procurador do Ministério Público de Contas do Rio Grande do Sul, desempenhando a função de corregedor-geral.



*Marco Antônio Lopes Peixoto, 69 anos, é engenheiro civil, com especialização em arquitetura e urbanismo (Lisboa - Portugal). Foi deputado estadual do Rio Grande do Sul. Atualmente, é conselheiro e o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.*

# Geraldo Magela: o retorno à política



Foto: Gustavo Bezerra

Ex-deputado federal pelo PT planeja voltar à cena política de Brasília em 2026. Magela acredita que o TSE será eficaz para evitar novos Pablos Marçais

Por **Humberto Azevedo**

O ex-deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Geraldo Magela (DF), que planeja voltar à cena política de Brasília em 2026, acredita que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) será eficaz contra a aparição de candidatos que tentarem repetir a fórmula utilizada pelo candidato do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Pablo Marçal, à prefeitura de São Paulo (SP).

A afirmação do petista brasileiro aconteceu, quando compareceu para prestigiar a posse dos novos desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da capital da República, André Puppim e Guilherme Puppe. A declaração foi exclusiva para a reportagem do grupo Rede de Mídias (RDM).

Deputado federal nas legislaturas 51, 53 e 54 – entre os anos de 1999 a

2002, e 2007 a 2014, Magela afirmou que “se ocorrer uma tentativa de pessoas como Pablo Marçal voltarem a fazer do processo eleitoral um processo de atacar a democracia” e “até a própria eleição, o TSE vai ser muito eficaz no combate a esse tipo de postura”. Segundo ele, nada aconteceu ainda ao ex-coach que só não foi ao 2º turno da capital paulista por uma diferença de menos de 30 mil votos, porque os julgamentos das ações contra a candidatura do PRTB só serão analisadas pela instância máxima da justiça eleitoral, após serem julgados pelos juízos eleitorais de primeira instância e, posteriormente, pelo TRE paulista.

Na oportunidade, Magela teceu comentários ainda sobre como avalia a terceira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e das eleições

municipais de 2024. Abaixo, segue a íntegra da entrevista que o parlamentar concedeu com exclusividade ao Grupo RDM.

**Grupo RDM: Qual é a sua avaliação que você faz desses quase dois anos do governo Lula III?**

**Geraldo Magela:** Eu avalio que é um governo de reconstrução. Nós tínhamos uma situação anterior no governo de muita divergência, de muita polêmica e de desconstrução de muitos programas. E o presidente Lula voltou com o objetivo principal a união do país e a reconstrução de um governo. Então, eu considero que, dentro dessa perspectiva, é positivo. É natural que, se você olhar o que precisa fazer, ainda tem muito o que fazer.

**Grupo RDM: E o resultado das eleições municipais? Brasília não tem eleições municipais, mas o senhor é de Brasília, do DF, mas o senhor também como agente político do PT, da direção nacional, como o senhor vê o resultado do PT e da esquerda, no modo geral, nessas eleições?**

**Geraldo Magela:** Eu preciso primeiro contextualizar a eleição municipal. A eleição municipal, ela traduz muito uma disputa local. Às vezes o eleitor vota no processo de uma eleição municipal pensando no buraco na rua, na falta de emprego na cidade, na falta de médicos, na falta de transporte. Então, não é um debate nacional. Eu não acho que o debate na eleição municipal se traduz entre eleitores de esquerda e eleitores de direita. São votos muito municipalistas. Então, nesse aspecto, eu considero que a eleição não teve nenhuma grande novidade. Mudaram os agentes partidários, mudaram os partidos.

Antigamente quem ganhava era o PFL, agora é o PSD. Antigamente quem ganhava muitos municípios era o MDB, agora é o PL, ou União, ou PP. E sob o ponto de vista do PT, o PT é vitorioso. Nós aumentamos o número de prefeituras ganhas e aumentamos o número de vereadores e vereadoras eleitos. Então, sob esse aspecto, é positivo. Agora, eu tenho muito claro que esta eleição não interfere de jeito nenhum na eleição presidencial. A eleição presidencial, ela se dá no debate de projetos do país, para o país. E a eleição municipal é a eleição do buraco na rua. Então, assim, não há, na minha avaliação, relação entre as duas eleições.



*Geraldo Magela em debates nas comissões temáticas da Câmara durante o seu último ano de mandato, em 2014.*

**Grupo RDM: A gente está aqui no evento do TRE, que é membro da justiça eleitoral, não é? E como que o senhor viu, por exemplo, essa eleição que teve o fator Pablo Marçal na eleição de São Paulo, que teve cadeirada, que teve todo aquele rolo, que o Brasil inteiro assistiu. Muita gente fazendo críticas à postura da Cármen Lúcia de que foi um pouco menos, não o ideal, como foi a do Alexandre de Moraes, em 2022. O senhor compactua com isso, com essas críticas? Faltou, realmente, mais ação da justiça eleitoral para evitar que esses fenômenos aconteçam novamente?**

**Geraldo Magela:** Não, aí eu acho que há, de novo, um equívoco de quem faz esse tipo de avaliação, de confundir o papel da justiça eleitoral municipal, que julga a eleição municipal, e o papel do TSE que interfere ou julga a eleição presidencial. Em 2022, o TSE estava julgando a eleição nacional, a eleição presidencial. Então, a postura do TSE

era de decidir questões daquela eleição. No caso da eleição municipal, quem decide é o juiz lá da comarca, é o juiz lá do município. Então, não tinha como o TSE intervir ou interferir na eleição de São Paulo, porque a eleição de São Paulo é julgada pelo juiz eleitoral do município de São Paulo, e depois vai para o TRE e só depois é que vem para o TSE. Então, não há que se fazer comparação da ação da justiça eleitoral do TSE na eleição de 2022 presidencial e a eleição da justiça eleitoral nos municípios numa eleição municipal. De novo, são coisas diferentes. Então, eu acho que é importante a gente identificar o que é para a

eleição uma figura como a do Pablo Marçal. Ele não veio para disputar a eleição, ele veio para confrontar o sistema eleitoral brasileiro. Foi isso que aconteceu.

**Grupo RDM: Isso pode ser repetido, pode acontecer em 2026 e a justiça eleitoral vai estar precavida para evitar que isso se repita no cenário nacional?**

**Geraldo Magela:** Eu tenho muita confiança que se ocorrer uma tentativa de pessoas como Pablo Marçal voltarem a fazer do processo eleitoral um processo de atacar a democracia, atacar até a própria eleição, o TSE vai ser muito eficaz no combate a esse tipo de postura. Essa é a minha convicção. Eu posso estar equivocado. Mas eu acredito que uma postura como a que adotou o candidato Marçal numa eleição presidencial, a chance de dar certo é muito pequena.



“

Não há que se fazer comparação da ação da justiça eleitoral do TSE na eleição de 2022 presidencial e a eleição da justiça eleitoral nos municípios numa eleição municipal. São coisas diferentes. Então, eu acho que é importante a gente identificar o que é para a eleição uma figura como a do Pablo Marçal. Ele não veio para disputar a eleição, ele veio para confrontar o sistema eleitoral brasileiro. Foi isso que aconteceu”, comenta Geraldo Magela.

**Grupo RDM: A gente está aqui em um evento do TRE para a posse dos dois novos advogados, André e Guilherme, como novos desembargadores do tribunal. Uma palavrinha sobre a presença deles em que vão ficar até as eleições aqui, em Brasília, em 2026.**

**Geraldo Magela:** É um processo natural. A justiça eleitoral é composta

por representantes da advocacia, por representantes do Ministério Público, ela é uma justiça democrática, ela representa o conjunto da sociedade. Então, na verdade, é um processo natural de renovação das cadeiras que eu, particularmente, confio muito nessa justiça. Eu acredito que o modelo que o Brasil tem de justiça eleitoral e a sua forma de composição é muito adequa-

do para garantir o processo democrático nas eleições.

**Grupo RDM: O senhor está aqui representando o PT-DF? Qual o seu cargo atual?**

**Geraldo Magela:** Sem cargo, só como cidadão e futuro candidato.



# Cúpula do P20 debate sustentabilidade e enfrentamento de desigualdades

Abertura oficial da 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlamentos do G20 (P20), sediada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal no plenário, Ulysses Guimarães.



Foto: Lúia Marques/ Agência Brasil

Presidentes da Câmara e do Senado participaram da abertura do encontro

■ Por **Humberto Azevedo**

**P**arlamentares dos países que compõem o G20 participam, em Brasília, das reuniões do P20, que reúne líderes de parlamentos das maiores economias do mundo. A 10ª Cúpula de Presidentes dos Parlamentos do G20 foi aberta no dia 7 de novembro com representantes de parlamentos das 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia e a União Africana.

Com o tema “Parlamentos por um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”, o objetivo do encontro é identificar estratégias para impactar positivamente a vida das populações dos seus países e da comunidade internacional. As reuniões do P20 são realizadas anualmente, antes do encontro do G20, que reúne os chefes de Estado e de governo das maiores economias mundiais.

Em seu discurso de abertura, o

presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que não é possível discutir o combate à fome e o enfrentamento das desigualdades sem buscar saídas para o desenvolvimento sustentável, a transição energética e as mudanças climáticas.

“O Parlamento deve ter verdadeiro compromisso com a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável e com a promoção da igualdade. Não podemos mais



aceitar que milhões de pessoas sobrevivam miseravelmente, excluídas do bem-estar social. É preciso assegurar oportunidades iguais para todos.”

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pediu esforço dos participantes nas negociações de paz para reduzir as crises humanitárias e migratórias e ressaltou a importância do diálogo para a renovação da governança global.

“Como representantes dos seus povos, os parlamentos devem aumentar sua mobilização em torno de acordos internacionais direcionados à paz, ao maior equilíbrio das relações comerciais, à segurança alimentar, à cooperação científica e tecnológica, à sustentabilidade ambiental e à prosperidade para todos. Nesse sentido, a renovação do multilateralismo proposta pelo Pacto para o Futuro, adotado em setembro na

ONU, somente será alcançada se houver grande envolvimento dos parlamentos na construção de propostas que remodelam a governança global”, disse Lira.

A presidente da União Interparlamentar no P20, Tulia Ackson, que também preside o Parlamento da Tanzânia, lembrou que os países estão cada vez mais distantes de conseguir viabilizar o desenvolvimento sustentável planejado para



2030, segundo a Organização das Nações Unidas(ONU).

“Como parlamentares estamos numa posição única para sermos campeões da prevenção, mitigação e ação. Podemos traduzir esses compromissos internacionais em realidades nacionais. Para que nossos governos sejam cobrados em termos de política e programas que refletem as necessidades dos nossos cidadãos do nosso planeta”, disse a parlamentar.



“ O Parlamento deve ter verdadeiro compromisso com a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável e com a promoção da igualdade. Não podemos mais aceitar que milhões de pessoas sobrevivam miseravelmente, excluídas do bem-estar social. É preciso assegurar oportunidades iguais para todos.”, disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

No final da reunião do P20, está prevista a adoção de uma Declaração Conjunta, que será entregue à Cúpula de Líderes do G20, marcada para os dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro, com a presença das lideranças dos 19 países-membros, da União Africana e da União Europeia.

### **Igualdade de gênero**

No dia 6 de novembro, durante o Fórum Parlamentar do G20, as bancadas femininas do Senado e da Câmara dos Deputados entregaram um documento chamado Carta de

Alagoas, com recomendações da 1ª Reunião de Mulheres Parlamentares do P20, realizada em julho em Maceió. Entre as recomendações estão medidas como incluir os direitos das mulheres nas políticas e nos orçamentos públicos dos países do G20, ampliando o financiamento público para promover a igualdade; denunciar a violência política, com sugestão de ações para combater essa prática; e adotar medidas que valorizem o trabalho não remunerado de cuidados e doméstico das mulheres. O Fórum Parlamentar do G20 é um evento preparatório para a 10ª Cúpula do P20.

# Emendas parlamentares: Senado aprova texto-base

**A votação foi adiada e a expectativa é de chegar a um consenso entre os três Poderes**

■ Agência Senado

O Senado aprovou no dia 13 de novembro o texto-base do projeto que regulamenta o pagamento de emendas parlamentares. Foram 46 votos favoráveis, 18 contrários e uma abstenção. Por acordo, os senadores decidiram adiar a votação dos destaques [pedidos de mudança] apresentados à proposta do relator, senador Angelo Coronel (PSB-BA), que é um substitutivo ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada (PLP 175/2024).

Durante a sessão plenária, o relator leu o seu parecer que retoma a possibilidade de bloqueio dos recursos das emendas por parte do Executivo em caso da necessidade de ajuste das contas públicas. Mas um destaque sobre a retirada dessa possibilidade ainda pode ser aprovado na próxima sessão.

Pacheco afirmou que o adiamento será importante para que se chegue a um acordo em relação aos destaques. A preocupação do presidente do Senado é que as mudanças não impactem o texto acordado entre Senado, Câmara, Executivo federal e Supremo Tribunal Federal (STF).



Foto: Pedro França/ Agência Senado

**Foram 46 votos favoráveis, 18 contrários e uma abstenção.**

“Esse tempo [é importante] para o diálogo entre governo, oposição e líderes partidários para que possa manter higidez do projeto. Alguns destaques, na verdade, estabelecem premissas que são divergentes entre o que foi acordado”, avaliou Pacheco.

O texto, proposto pelo deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), é uma tentativa de resolver o impasse sobre o pagamento das emendas individuais impositivas, das quais fazem parte as chamadas “emendas Pix” ou de transferência especial, que somam R\$ 8 bilhões em 2024. A liberação de todas as emendas está suspensa por determinação do ministro do STF, Flávio Dino, que exige regras sobre rastreabilidade, transparência, controle social e impedimento. Os senadores têm pressa para votar a proposta em razão de obras paradas em municípios que estão sem receber os repasses há cerca de quatro meses.

## **Bloqueio**

O tema que gerou maior polêmica durante a sessão foi a inclusão no substitutivo do termo bloqueio, que estava previsto no projeto original. Na Câmara, ele foi trocado por contingenciamento, permitindo o corte nas verbas parlamentares diante de uma queda nas receitas, mas não diante da elevação de despesas. A nova redação dada por Coronel, que também relata o projeto do Orçamento para 2025 (PLN 26/2024), autoriza tanto o contingenciamento quanto o bloqueio de emendas, o que deve ocorrer na mesma proporção de outras despesas não obrigatórias do governo.

“O governo terá a opção de bloquear as emendas impositivas se a receita cair e não tiver recurso para despesas obrigatórias”, defendeu Coronel.

## **Rastreabilidade das “Emendas Pix”**

Pela regra em vigor, o dinheiro das

"emendas Pix" chega à conta da prefeitura ou do estado sem formalização de convênio, ou seja, sem vinculação a qualquer tipo de gasto relacionado a projetos. Mas pelo PLP 175/2024, o autor da emenda precisará informar o objeto e o valor da transferência ao ente beneficiado (estado, Distrito Federal ou município).

A destinação preferencial é para obras inacabadas propostas anteriormente pelo próprio parlamentar. Também terão prioridade as transferências para entes federativos em situação de calamidade pública. Coronel destacou que a proposta é resultado de negociações entre os Poderes.

"Estamos imbuídos de resolver um impasse que vem se arrastando deixando prefeitos do Brasil afora [sem previsão] quanto ao término de obras abandonadas por falta de recursos, por essas emendas não estarem sendo liberadas", defendeu o relator.

O senador Carlos Portinho (PL-RJ) afirmou que a suspensão das emendas pelo STF é uma invasão das competências de deputados e senadores. "O Congresso está permitindo essa afronta e prejudicando o cidadão na ponta, que precisa do serviço de saúde, e eu estou falando de emendas impositivas, que estão na Constituição. Não cabe ao STF suspê-las", disse.

## Emendas de bancada

O projeto original previa de quatro a oito emendas de bancada, segundo o tamanho da população de cada estado. Mas os deputados alteraram a proposta para fixar em oito emendas para cada bancada estadual. O texto alternativo do relator ampliou o número para 10. Essas emendas são impositivas, ou seja, de execução obrigatória.

"A Câmara aprovou 8 emendas de bancada. Colocamos dez emendas para todos os estados atendendo emendas de vários senadores. [...] Atualmente, nós

podemos fazer, nas bancadas, de 15 a 20 emendas. Com isso, fizemos uma média e atendemos as reivindicações dos parlamentares e, acredito também, a expectativa do governo federal", disse Coronel.

As emendas de bancada estadual somente poderão destinar recursos a projetos e ações estruturantes para a unidade da federação representada pela bancada. Outra possibilidade de aplicação desse tipo de emenda será em ações e equipamentos públicos prioritários para a bancada estadual. Mas, nesse caso, os recursos não podem atender a demandas ou indicações isoladas de cada parlamentar.

## Parte independente

O projeto admite a possibilidade de divisão do valor da emenda. Mas, nesse caso, cada parte independente não pode ser inferior a 10% do valor total da emenda, exceto para ações e serviços públicos de saúde. O texto considera parte independente: compra de equipamentos e material permanente por um mesmo ente federativo; realização de despesas de custeio, desde que possíveis de serem executadas na mesma ação orçamentária; e compra de equipamentos e material permanente em uma mesma ação orçamentária.

## Emendas de comissão

No caso das emendas de comissão, os recursos serão alocados em ações de interesse nacional ou regional, com a exigência de que o objeto da emenda seja claramente identificado. Pelo menos 50% dos recursos das emendas de comissão deverão ser direcionados à saúde, conforme critérios técnicos definidos pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde (SUS). Caberá aos líderes consolidar as indicações das bancadas e encaminhá-las às comissões para deliberação. Esse ponto é outro alvo de divergência entre os senadores.

"Na verdade, o que nós estamos fazendo aqui hoje, nesta noite — espero que não, tenho esperança que não —, é legalizando o orçamento secreto, das emendas de comissão com listas enviadas pelos líderes, sem identificação real dos autores das indicações", criticou Eduardo Girão (Novo-CE).

## Limite

Para o exercício de 2025, o limite para emendas parlamentares considerará o teto previsto na Constituição para as emendas impositivas, acrescido de R\$ 11,5 bilhões para as emendas não impositivas. O limite para as emendas individuais e de bancadas estaduais deve seguir as regras do regime fiscal sustentável, previstas na Lei Complementar 200, de 2023, do Novo Arcabouço Fiscal. No caso das emendas de comissão, que não são impositivas, o cálculo é diferente. O limite tem como base o valor global do ano anterior, mais o IPCA dos últimos 12 meses encerrados em junho do ano anterior àquele a que se refere o Orçamento votado.

## Impedimentos técnicos

Todas as emendas parlamentares ficam sujeitas a hipóteses de impedimento técnico. Essas hipóteses são definidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a cada ano e pelo próprio PLP 175/2024, que prevê uma lista de casos de restrição.

De acordo com a proposição, é proibido impor hipóteses de impedimento a emendas parlamentares que não sejam igualmente aplicáveis às programações do Poder Executivo.

---

*"Esse tempo (é importante) para o diálogo entre governo, oposição e líderes partidários para que possa manter hígidez do projeto. Alguns destaques, na verdade, estabelecem premissas que são divergentes entre o que foi acordado" avaliou Pacheco.*

# Fim da escala 6x1



Cresce a pressão pela aprovação da proposta no Congresso, mas o tema repercute em toda a Esplanada e das redes sociais

■ Por **Lucas Podeus León**

O movimento Vida Além do Trabalho (VAT) agitou as redes sociais e a imprensa nos últimos dias com a proposta de fim da escala de 6 dias de trabalho por 1 dia de folga, a chamada escala 6x1. O tema está entre os mais comentados da plataforma X.

Com a pressão social, cresceu, no

intervalo de uma semana, de 60 para 134 o total de deputados que assinaram a proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece a jornada de trabalho de, no máximo, 36 horas semanais e 4 dias de trabalho por semana no Brasil, acabando com a escalada de 6 por 1.

São necessárias 171 assinaturas para a PEC começar a tramitar na Câmara

ra. E para ser aprovada, precisa do voto de 308 dos 513 parlamentares, em dois turnos de votação.

De autoria da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), a proposta foi apresentada em 1º de maio deste ano inspirada no movimento VAT que, por meio de uma petição online, já recolheu mais de 2,3 milhões de assinaturas na internet a favor do fim da escala 6 por 1.



**“A jornada 6x1 tira do trabalhador o direito de passar tempo com sua família, de cuidar de si, de se divertir, de procurar outro emprego ou até mesmo se qualificar para um emprego melhor. A escala 6x1 é uma prisão, e é incompatível com a dignidade do trabalhador”,** argumentou Erika Hilton em uma rede social.

“A carga horária abusiva imposta por essa escala de trabalho afeta negativamente a qualidade de vida dos empregados, comprometendo sua saúde, bem-estar e relações familiares”, alerta a petição online.

## Outras propostas

Ao menos outras duas PEC tratam da redução de jornada no Congresso Nacional, mas não acabam com a jornada 6 por 1, que é a principal demanda do VAT.

Apresentada em 2019 pelo deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), a PEC 221/2019 propõe uma redução, em um prazo de dez anos, de 44 horas semanais por 36 horas semanais de trabalho sem redução de salário.

A PEC aguarda a designação do relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ). Se a PEC da deputada Erika Hilton atingir as 171 assinaturas, ela deve ser apensada à proposta do deputado Reginaldo Lopes. A PEC 221 inclui um novo dispositivo no artigo 7º da Constituição definindo que o trabalho normal não deve ser “superior a oito horas diárias e trinta e seis semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”.

**Apesar de a proposta não vetar a escala 6x1, o parlamentar tem defendido uma jornada de até 5 por 2.**

“Domingo é o dia sagrado que o trabalhador tem livre da labuta. Mas é muito pouco. Já passou da hora de o país adotar uma redução da jornada de trabalho de 44 para 36 horas e esse deve ser o centro de um governo popular. O Brasil tem que adotar um modelo de 4x3 ou 5x2, sem redução de salário”, defende o parlamentar.

Outra proposta que reduz a jornada de trabalho em tramitação no Congresso Nacional é a PEC 148, de 2015, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS). A PEC define uma redução de 44 horas para 40 horas semanais no primeiro ano. Em seguida, a jornada seria reduzida uma hora por ano até chegar às 36 horas semanais.

Em uma rede social, Paim comemora que o tema tenha voltado ao debate. “É

muito bom ver que novos parlamentares, como a deputada federal Erika Hilton, estão sintonizados com as demandas históricas dos trabalhadores. Uma luta antiga. Espero que a Câmara dos Deputados vote essa proposta e que o Senado também vote iniciativas com a mesma temática”, destacou o senador.

## Sindicatos

A redução da jornada de trabalho no Brasil é uma demanda histórica de centrais sindicais. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) sempre pautou a redução da jornada de 44 horas para 40 horas semanais.

“Durante décadas, trabalhadores e entidades sindicais têm reivindicado a redução de jornadas extenuantes e o fim de escalas que desconsideram a saúde e o direito ao descanso dos trabalhadores”, defende a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), em nota apoiando o fim da jornada 6x1.

## Ministro

O ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Marinho, por sua vez, defendeu que a jornada de trabalho 6x1 deve ser tratada em convenções e acordos coletivos de trabalho, quando patrão e trabalhadores negociam as regras do contrato firmado entre as partes.

“A pasta considera, contudo, que a redução da jornada para 40 horas semanais é plenamente possível e saudável, quando resulte de decisão coletiva. O MTE tem acompanhado de perto o debate e entende que esse é um tema que exige o envolvimento de todos os setores em uma discussão aprofundada e detalhada, considerando as necessidades específicas de cada área”, disse Marinho em uma rede social.

## Atentado à democracia



O decano do Tribunal, Ministro Gilmar Mendes, ressaltou que o ocorrido não foi um fato isolado, uma vez que, nos últimos anos, houve diversos atentados contra as instituições de Estado e a democracia. Mendes citou desde os disparos de fogos de artifício contra o STF, ainda em 2020, o acampamento no QG do Exército em Brasília, manifestações pedindo intervenção militar, a tentativa de invasão do prédio da Polícia Federal e a bomba plantada num caminhão em direção ao aeroporto de Brasília, em dezembro de 2023. “Muito embora o extremismo e a intolerância tenham atingido o paroxismo em 8 de janeiro de 2023, a ideologia rasteira que inspirou a tentativa de golpe de Estado não surgiu subitamente”, afirmou. **“O discurso de ódio, o fanatismo político e a indústria de desinformação foram largamente estimulados pelo governo anterior”**.

Na sua avaliação, revisitar os fatos que antecederam o ataque de ontem é pressuposto para um debate sobre a defesa das instituições, sobre a regulação das redes sociais e sobre eventuais propostas de anistiar criminosos.

## Bolsonaro confirma acordo com Lira para tentar viabilizar PL da Anistia



O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) revelou que acordou com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a criação de uma comissão na Casa para o projeto que anistia os bolsonaristas que atuarão em 8 de janeiro de 2023. O projeto beneficia Bolsonaro, que é investigado por conta de supostas articulações golpistas.

“Ele conversou comigo, sim. Eu concordo com a criação da comissão. Na comissão (especial), você pode convidar ou convocar certas pessoas. Do nosso lado, eu conversei com mais parlamentares também, a gente quer trazer, por exemplo, aquelas seis crianças de dez anos para baixo, filhas de um homem que foi condenado a 17 anos, está foragido, ninguém sabe onde ele está. Está foragido”, disse Bolsonaro.

## “Se o Congresso está discutindo anistia, o local é mesmo o Congresso”, diz Barroso

O ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, enfatizou a importância do Congresso Nacional como palco adequado para discussões sobre anistia, durante o Fórum Brasil, promovido pelo Brasil 247, em parceria com o LIDE, em Brasília, no dia 13 de novembro. As declarações de Barroso ocorreram em meio ao debate sobre uma possível anistia para os envolvidos na tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023. Para Barroso, a situação atual do Brasil reflete uma “normalidade institucional” após a

superação das ameaças ao regime democrático.

“Essa é uma ameaça [de golpe] felizmente superada no Brasil. Existe uma maior normalidade institucional no país, uma boa relação entre os Poderes. Eu mesmo tenho uma relação pessoal boa com o presidente do Senado, com o presidente da Câmara, com o presidente da República”, afirmou o ministro, destacando a convivência democrática entre os Poderes e a liberdade para divergências.





## Copom alerta para prolongamento do ciclo de alta da Selic



Foto: Marcello Casal

O Comitê de Política Monetária (Copom) alertou que a desancoragem das expectativas de inflação pode levar a um prolongamento do ciclo de alta de juros e que o ritmo de ajustes futuros na Selic será ditado pelo **“firme compromisso de convergência da inflação à meta”**. Atualmente, a taxa básica de juros da economia, a Selic, está em 11,25%, após a elevação em 0,50 ponto percentual. Com a decisão, a taxa voltou ao mesmo patamar de janeiro deste ano.

Ao justificar o aumento na Selic, o Copom disse que o cenário de curto prazo para a inflação se mostra mais desafiador, especialmente no que diz respeito à inflação de serviços, que segue acima do nível compatível com o cumprimento da meta.

## Ministros repudiam atentado contra STF



Foto: Gustavo Moreno/STF

No início da sessão plenária do dia 14 de novembro o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, afirmou que o atentado ocorrido ontem (13) na Praça do Três Poderes, quando um homem atirou um artefato explosivo em direção ao STF e depois detonou um segundo que causou sua morte imediata, reforça a necessidade de responsabilização de todos que atentem contra a democracia.

Barroso ressaltou que o episódio de ontem se soma a outros que já vinham ocorrendo no país nos últimos anos e que culminaram na invasão e na depredação das sedes dos três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. O ministro criticou a tentativa de “naturalização do absurdo”, que acaba por incentivar a reiteração desse tipo de comportamento. **“Querem perdoar sem antes sequer condenar”**, afirmou.

## Haddad coloca em dúvida o anúncio de pacote fiscal

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que não sabe se há tempo hábil para o governo anunciar nesta semana o conjunto de medidas para controle de gastos públicos, ressaltando que a apresentação feita será quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizar. Em entrevista a jornalistas, do qual esta coluna participou, o ministro afirmou que o impacto fiscal do pacote será expressivo, argumentando que a ideia é fazer rubricas do Orçamento se

enquadrarem na regra de crescimento de despesas do arcabouço fiscal.

“Mais do que o número, que é expressivo, mais do que o número, que na opinião da Fazenda reforça o nosso compromisso de manter as regras fiscais impostas desde o ano passado, mais do que isso é o conceito que nós utilizamos para fazer prevalecer Essa ideia de que as rubricas devem todas elas, na medida do possível, estão sendo incorporadas a essa visão geral do arcabouço para que ele seja sustentável no tempo”, disse.



# Governo federal apresenta novo fundo para acelerar parcerias público-privadas no Brasil



O ministro Waldez Góes apresenta o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS) para dirigentes dos consórcios estaduais e intra-estaduais como forma de acelerar a realização de projetos. (Foto: Yasmin Fonseca / Secom-MIDR)

Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS) será destinado para viabilizar projetos de infraestrutura. MIDR autoriza repasse de R\$ 3,2 milhões Amazonas, Pará e Rondônia afetados por desastres climáticos e reconhece novo polo de agricultura irrigada em MS.

■ Por **Humberto Azevedo**

O governo federal, por meio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), apresentou no dia 7 de novembro, o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS). O novo fundo foi apresentado pelo ministro responsável pela pasta, o ex-governador do Amapá, Waldez Góes, e pelo secretário nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros (SNFI), Eduardo Córrea Tavares, a representantes

dos consórcios estaduais das cinco regiões brasileiras.

De acordo com o ministro, o novo fundo é uma opção que os governos estaduais e municipais terão a mais para acessarem recursos com o objetivo de elaborar e desenvolver projetos estruturantes de infraestrutura.

Este é o primeiro fundo de capital da União com gestão privada e discricionária, direcionada para a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e de parcerias público-privadas

(PPPs). Para essa finalidade, o FDIRS conta com R\$ 1 bilhão em patrimônio líquido.

“É uma parceria para gerar parcerias. O FDIRS é um projeto disponível para municípios, estados e o próprio governo federal, que se coloca como uma alternativa a outros instrumentos públicos para fomentar PPPs, como o Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP CAIXA) e o BNDES”, resumiu Eduardo Tavares.

## Aceleração de projetos

Um outro objetivo do FDIRS é acelerar a implementação de projetos estruturantes em diversos setores, financiando os prestadores de serviços técnicos especializados que apoiam a estruturação e o desenvolvimento de concessões e parcerias público-privadas.

Dessa forma, o fundo contribui para a criação de condições favoráveis à execução de PPPs, oferecendo um apoio estratégico na fase de preparação e viabilização desses projetos. Isso inclui modelagens nos âmbitos ambiental, financeiro, jurídico, de engenharia, entre outros.

## Projetos em prospecção

Na reunião, Waldez Góes anunciou também que a assinatura do primeiro contrato para estruturação de um projeto no âmbito do FDIRS está prevista para ocorrer até o final deste mês. O ministro destacou que os projetos no escopo do fundo serão orientados pelas prioridades específicas de cada região, levando em consideração as dinâmicas ambientais geradas pelas mudanças climáticas e as desigualdades intrarregionais.

“Estamos avaliando projetos de perímetros de irrigação em diferentes regiões. O Brasil já tinha um potencial muito grande para explorar esse tipo de empreendimento, e em razão desse processo de mudanças climáticas e estiagem, precisamos nos adequar e promover melhor uso da água, para consumo e produção, empregando modelos energéticos de baixas emissões”, explicou o ministro.

O FDIRS possui uma carteira de projetos com setores prioritários, como iniciativas voltadas a atender o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; a infraestrutura urbana, incluindo mobilidade urbana, habi-

tação e iluminação pública; o transporte; a infraestrutura social, incluindo área de educação e saúde; a irrigação; os parques e florestas.

## Diminuir as desigualdades regionais

Com a finalidade de diminuir as desigualdades regionais, a política de investimento do FDIRS dá preferência a projetos nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, embora também permita projetos nas outras duas regiões do país mais desenvolvidas como o Sudeste e o Sul do país.

A contratação do FDIRS será feita pelos entes demandantes e pode ser feita sem licitação, conforme o artigo 33-B da Lei 12.712 de 2012, para desenvolver as atividades previstas na política de investimentos e com análises e fiscalização por conta do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério Público Federal (MPF), do Banco Central do Brasil (BCB) e da Controladoria-Geral da União (CGU), que atuarão como órgãos de supervisão do novo fundo.

Estiveram presentes na reunião a governadora do Rio Grande do Norte e presidenta do Consórcio do Nordeste, Fátima Bezerra (PT); a secretária-executiva do Consórcio do Sudeste, Roberta Guimarães; o secretário-executivo do Consórcio Brasil Central, José Pereira Filho; a secretária-executiva do Consórcio da Amazônia Legal, Wanessa Duarte; e demais autoridades e funcionários do governo federal.

## Repasse

O MIDR, através da Defesa Civil Nacional, autorizou, o repasse de R\$ 3,2 milhões para três estados da Amazônia Legal afetados por desastres ambientais causados pelas mudanças climáticas. Os recursos são voltados para atender ações de resposta em municípios de três estados da Amazônia Legal: Amazonas, Pará e Rondônia afetados por desastres. Foram contempladas as cidades de Itapi-

ranga (AM), Porto de Moz (PA), Belterra (PA), Baião (PA) e Santarém (PA).

Os valores destinados a cada município são definidos por critérios técnicos da Defesa Civil Nacional e variam conforme o valor solicitado no plano de trabalho, magnitude do desastre e número de desabrigados e desalojados, entre outros parâmetros.

## Novo polo

O MIDR reconheceu ainda o polo de agricultura irrigada do centro-sul de Mato Grosso do Sul (MS). Com a medida, o Brasil passa a contar com 14 polos apoiados pelo governo federal, que recebem atenção especial, com ações que vão desde o repasse de recursos para o desenvolvimento da produção até o planejamento de ações e a articulação com outros órgãos.

O governo federal tem a missão de dar efetividade à aplicação dos recursos financeiros, contribuindo para solucionar entraves enfrentados pelos produtores.

“Os polos são uma iniciativa voltada a apoiar e a desenvolver a produção agrícola sustentável nas regiões em que o uso da irrigação tem grande representatividade. Essa é uma forma de implementar a Política Nacional de Irrigação, a partir de um trabalho conjunto entre o MIDR, estados, municípios e as organizações dos irrigantes”, comentou o secretário nacional de Segurança Hídrica do MIDR, Giuseppe Vieira.

Para a diretora de Irrigação, Larissa Rêgo, que esteve presente em todas as tratativas com associações de irrigantes da região até que o polo do Mato Grosso do Sul fosse reconhecido pelo governo federal, “essa iniciativa representa um marco significativo para o estado do Mato Grosso do Sul, promovendo o desenvolvimento sustentável e aumentando a produtividade agrícola com a utilização de tecnologias avançadas de irrigação”.

# Parceria entre TCE-MT, TJMT e MPMT garante programa inédito de doutorado a servidores



Foto: Tony Ribeiro/TCE-MT

Para o presidente do TCE-MT, conselheiro Sérgio Ricardo, além de fortalecer a relação entre os três órgãos, a união vai elevar o nível dos serviços prestados à população

■ Da Redação

A parceria entre Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Tribunal de Justiça (TJMT) e Ministério Público (MPMT) garantirá aos servidores das instituições curso de pós-graduação *stricto sensu*, ao nível de Doutorado Interinstitucional em Direito, por meio da assinatura do contrato

com a Faculdade Autônoma de Direito (Alfa-Fadisp), que ao longo dos próximos quatro anos oferecerá aulas presenciais em colaboração com a Escola Superior de Contas do TCE-MT, a Escola Superior da Magistratura do TJMT e com a Escola Institucional do MPMT.

Segundo o presidente do TCE-MT, conselheiro Sérgio Ricardo, além de

fortalecer a relação entre os três órgãos, a parceria vai elevar o nível dos serviços prestados à população. “O conhecimento dos membros das instituições tem que ser aprimorado cada vez mais, porque a sociedade precisa muito de nós. Esse projeto também mostra a harmonia entre as três instituições, que já vem trabalhando em parceria e indo sempre



até onde o povo está”, afirmou. Para a presidente do TJMT, desembargadora Clarice Claudino da Silva, a prestação jurisdicional de excelência depende de investimento em conhecimento científico. “Além de propiciar mais conhecimento especializado aos nossos julgadores, o doutorado vai trazer mais comodidade aos alunos. Isso vem ao encontro de uma prestação jurisdicional ininterrupta, ou seja, não precisamos mais liberar durante dois ou três anos um profissional, para que ele possa fazer o curso fora.” Já o procurador-geral de Justiça, Deodete Cruz Junior, chamou a atenção para o ineditismo da proposta. “Este programa inédito vai, certamente, impactar a melhoria da formação dos nossos profissionais, resultando no atendimento ao público lá na ponta com mais qualidade e com mais eficiência. Então quem ganha é a sociedade. Por isso estamos muito felizes e agradecemos ao Tribunal de Contas pela iniciativa de ter convidado o Ministério Público e o Tribunal de Justiça para mais esta parceria”, pontuou.

O procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Alisson Carvalho de Alencar, está entre os professores que ministrarão o doutorado. “Trabalha-



**O conhecimento dos membros das instituições tem que ser aprimorado cada vez mais, porque a sociedade precisa muito de nós. Esse projeto também mostra a harmonia entre as três instituições, que já vem trabalhando em parceria e indo sempre até onde o povo está”, afirmou o presidente do TCE-MT, conselheiro Sérgio Ricardo.**

mos muito neste projeto e finalmente ele vira realidade. Este é um dia histórico, porque estamos oferecendo um doutorado institucional com três das instituições mais importantes de Mato Grosso. Não tenho dúvida que será um curso de altíssima qualidade, que contará com os melhores professores.”

Na ocasião, o diretor da Escola de Direito da Alfa Educação (Alfa-Fadisp), Thiago Matsushita, explicou o funciona-

mento da pós-graduação. “As aulas serão presenciais em Cuiabá, nós deslocamos nosso curso de São Paulo para ser ministrado aqui. Temos trabalhado o edital ao longo das últimas semanas e já definimos que, ainda neste semestre, será feita a disciplina de Teoria da Norma Jurídica. Também já previmos todas as disciplinas que vão ocorrer no primeiro semestre de 2025, que estarão descritas no edital.”

No total, serão oferecidas 30 vagas aos servidores. Informações sobre o início das aulas e inscrição no processo seletivo, que incluirá a análise dos projetos de pesquisa e entrevista, podem ser conferidas em edital, que deve ser publicado no Diário Oficial de Contas (Doc) desta quarta-feira (30).

Também participaram da solenidade e assinaram como testemunhas o vice-presidente do TCE, conselheiro Guilherme Maluf; o vice-diretor da Esmagis-MT, desembargador Márcio Vidal; o juiz e coordenador pedagógico da Esmagis-MT, Antônio Veloso Peleja Júnior; o procurador de Justiça Antônio Sérgio Cordeiro Piedade; o consultor jurídico-geral do TCE-MT, Gregory Maia; e o coordenador-geral dos cursos de Direito da Alfa Educação (mantenedora da Fadisp), Lauro Ishikawa.

# Pacto pela Sustentabilidade



Foto: Rômulo Serral/ Agência CNU

**Sede do Conselho Nacional de Justiça em Brasília.**

## Tribunais terão 12 meses para desenvolverem práticas

Por **Mariana Mainenti**

**E**nquanto o negacionismo teima em minimizar os impactos das mudanças climáticas no mundo, o poder público renova os compromissos na busca por um ambiente mais equilibrado para o planeta. Nesse sentido, o Poder Judiciário tem feito a sua

parte e, em outubro, reforçou o empenho nesse caminho com o lançamento do Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Sustentabilidade pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os tribunais brasileiros têm até 2 de janeiro de 2025 para aderirem ao Pacto, que prevê, no prazo de 12 meses, adotar, refor-



çar ou ampliar, pelo menos, duas práticas em cada um dos três eixos que compõem o acrônimo em inglês ESG (environmental, social e governance), em tradução livre, ambiental, de governança e social.

No primeiro eixo, serão consideradas as iniciativas de implementação do

programa Justiça Carbono Zero, de priorização do julgamento de ações climáticas e ambientais e de educação ambiental. Aprovado por resolução na última terça-feira (5/11), na 14.ª Sessão Ordinária de 2024, a ação estabelece que o Judiciário atinja a total neutralidade de carbono nos próximos seis anos.

A implementação do programa prevê a realização de inventário de emissões de gases de efeito estufa por meio de metodologia reconhecida/certificada. Também inclui medidas de redução das emissões, como instalação de usinas fotovoltaicas, substituição de lâmpadas tradicionais por LED, promoção da sustentabilidade nas contratações e adoção de programas de gestão de resíduos. Estão previstas ainda a compensação de emissões com projetos de florestamento, reflorestamento e revegetação.

A priorização do julgamento das ações climáticas e ambientais, também prevista nesse eixo, contempla os casos relacionados a conflitos fundiários, uso de recursos naturais, aplicação de sanções ambientais, apuração de infrações ambientais e responsabilidade civil. As cortes também terão de comprometer-se com o cumprimento reforçado da Meta 10 no próximo ano e buscar instrumentos de solução consensual dos con-

flitos. A criação de forças-tarefas coordenadas em juízos com altas taxas de congestionamento em processos ambientais ou municípios com elevados índices de desmatamento e de outras violações socioambientais é outra medida que pode ser adotada.

Entre as iniciativas educacionais, incluem-se aquelas voltadas à promoção de, pelo menos, um novo curso de educação ambiental e de capacitação de magistrados, servidores, funcionários terceirizados e conciliadores. O treinamento tem o objetivo de promover as capacidades institucionais adequadas para a abordagem de questões e conflitos relacionados à temática socioambiental e climática.

### **Eixo Social**

Já no eixo Social, a adoção do Programa Transformação, a inclusão de grupos sub-representados ou vulneráveis e a ampliação da acessibilidade. A iniciativa estabelece a adoção, conforme previsto na Resolução CNJ nº 497/2023, de política de reserva de vagas em, no mínimo, um contrato de prestação de serviços continuados e terceirizados para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Os tribunais têm de implementar, no mínimo, uma iniciativa institucional para apoiar e integrar membros de grupos sub-representados e vulneráveis, a exemplo da ampliação da representatividade de gênero e raça na composição do tribunal e/ou nos cargos de gestão. Também são válidas ações de inclusão de percentual de vagas nos contratos de serviços continuados para pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e egressos dos sistemas prisional e socioeducativo.

É previsto ainda o fortalecimento de ações de acessibilidade, a adaptação dos espaços físicos e digitais das cortes e conselhos para pessoas com deficiência, com a criação e a execução de plano de ação para ampliar a política.

## **Governança**

Por fim, no eixo Governança, estão incluídas iniciativas que dizem respeito a uso de dados abertos, transparência dos julgamentos no plenário virtual e informação à sociedade. Os tribunais devem implementar ou aperfeiçoar seus portais, seguindo os princípios e as diretrizes da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP), com foco na ampliação do controle da sociedade perante o Poder Público.

Devem ainda observar a melhoria ou adaptação dos sistemas de julgamento colegiado de processos por meio eletrônico, de modo a ampliar a transparência, bem como a adoção de serviço de boletim

com um resumo didático e em linguagem simples dos julgamentos mais relevantes. Enquadram-se aqueles das matérias importantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico realizados pelo tribunal ou conselho, nos moldes do boletim “Informação à Sociedade” do Supremo Tribunal Federal.



# **SER SUSTENTÁVEL TAMBÉM É:** Preservar o Meio Ambiente!



### **Prêmio CNJ de Qualidade**

A Comissão Permanente de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do CNJ acompanhará os desenvolvimentos do pacto junto aos tribunais aderentes, que encaminharão relatórios ao final do 6.º mês e ao final do 12.º mês. A implementação dos compromissos do pacto assegurará ao tribunal pontuação adicional para o Prêmio CNJ de Qualidade, regulamentado pela Portaria CNJ n. 353/2023.



Os tribunais brasileiros têm até 2 de janeiro de 2025 para aderirem ao Pacto, que prevê, no prazo de 12 meses, adotar, reforçar ou ampliar, pelo menos, duas práticas em cada um dos três eixos que compõem o acrônimo em inglês ESG (environmental, social e governance), em tradução livre, ambiental, de governança e social.



SEU MELHOR  
ESTILO ESTÁ EM  
**PORTO  
VELHO**



CASAPRADO.COM.BR



CASA  PRADO

PORTO VELHO SHOPPING

GRUPO **III** **RDM**  
REDE DE MÍDIAS  
JUNTOS CONTRA A QUEIMADA!

**NÃO FAÇA**   
**QUEIMADAS,**  
O FOGO PODE VOLTAR CONTRA VOCÊ!

**QUEIMADAS PREJUDICAM A  
SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA**

Você pode denunciar

Batalhão de Emergências Ambientais

**0800 647 7363**

EMERGÊNCIA

**193**